

DIFERENCIAIS DE FERTILIDADE

caderno I

CEBRAP

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

C. PROCÓPIO F. CAMARGO ELZA S. BERQUÓ

321

1

O/933

026354

ESTUDO DA FERTILIDADE

INTRODUÇÃO

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1 - DISTRIBUIÇÃO DE NASCIDOS VIVOS	Página 10
• 2 - IDADE DOS CÔNJUGES E TEMPO DE CASAMENTO	• 12
• 3 - IDADE DA MULHER	• 18
• 4 - USO DE MEIOS ANTICONCEPCIONAIS	• 22
• 5 - INSTRUÇÃO	• 27
• 6 - CLASSE SOCIAL	• 33
• 7 - ORIGEM DA MULHER	• 36
• 8 - OPINIÃO SÔBRE MOBILIDADE SOCIAL	• 38
• 9 - EXPOSIÇÃO A MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA	• 39
• 10 - NÚMERO IDEAL DE FILHOS	• 42
• 11 - RELIGIÃO	• 52
• 12 - NÍVEL DE RENDA	• 56
• 13 - TIPO DE UNIÃO	• 69
• 14 - OCUPAÇÃO DO MARIDO	• 71
• 15 - OCUPAÇÃO DA MULHER	• 73



1010760945

301.32
B458S
NEPO

BIBLIOTECA DE
UNICAMP

SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DAS QUESTÕES RELACIONADAS AOS
ESTUDOS POPULACIONAIS NO BRASIL

Elza Salvatori Berquó
José Alberto Magno de Carvalho

Trabalho elaborado por solicitação da Fundação Ford

Brasil, 1986

N.º CLASSIF.: 301.82

N.º AUTOR: 84581

V.: Cap. T. 775179

EX.: 1501760945

TOMBO: N.º 1542

ÍNDICE

	Página
. O Novo Padrão Demográfico.....	1
. Panorama Institucional dos Estudos Populacionais no Brasil..	8
. Atividades Relevantes a Serem Desenvolvidas na Área.....	14
Formação de Recursos Humanos.....	14
Fontes de Dados, Disponibilidade de Informações e Recursos de Informática.....	20
Comunicação e Publicações.....	24
. Investigação.....	27
Mortalidade.....	28
Migrações Internas.....	32
Novos Padrões de Distribuição Populacional.....	32
Formas de Mobilidade.....	34
Causas e Conseqüências.....	36
Políticas.....	37
Técnicas e Fontes de Dados.....	38
Nupcialidade.....	41
Fecundidade.....	46
Mortes Fetais.....	48
Anticoncepção.....	50
Anticoncepção e Lactação.....	51
Anticoncepção e Esterilidade.....	52
Doenças Sexualmente Transmissíveis e Esterilidade e Perdas Fetais.....	53

Sexualidade.....	54
Adolescência e Comportamento Reprodutivo.....	55
História Demográfica.....	59
População e Ecologia.....	66

1. O NOVO PADRÃO DEMOGRÁFICO

Cada vez mais, estudos históricos sobre o que se convencionou chamar de transição demográfica vêm se multiplicando no cenário internacional e novos achados associados a novos níveis explicativos vão sendo incorporados ao conhecimento especializado, na tentativa da maior compreensão deste complexo de fenômenos. A análise temporal da mortalidade, da fecundidade e da nupcialidade ganha importância na medida em que as influências múltiplas e recíprocas destes componentes como reguladores do crescimento populacional são vistas de uma perspectiva cada vez mais particularizada, passando por situações concretas.

No Brasil, estudos históricos nesta direção, além de recentes, enfrentam o grande obstáculo da falta de informações, que permitam uma análise retrospectiva de longo prazo. Entretanto, todas as análises disponíveis, cobrindo a dinâmica populacional a partir dos anos 30, parecem indicar que o país, até 1940, esteve sujeito a altas taxas de mortalidade e fecundidade. A partir daí, a mortalidade começa sua fase decrescente, enquanto a fecundidade mantém-se basicamente no mesmo patamar até meados da década de 60. Esta evidência caracterizaria, no Brasil, a primeira fase da transição experimentada pelos países europeus em momentos diferentes dos séculos 18 e 19. A segunda fase da transição demográfica, isto é, mortalidade ligeiramente

declinante e fecundidade descendente tem lugar, no país, como um todo, a partir de meados da década de 60.

De fato, a análise dos dados do Censo Demográfico de 1970 mostrava um leve declínio da fecundidade nos Estados das regiões Sul e Sudeste e estabilidade ou mesmo ligeiro aumento nas demais regiões, justamente as menos desenvolvidas.

As PNADs realizadas na década de 70, em especial a de 1976, vieram mostrar um declínio generalizado da fecundidade em todas as regiões do país, inclusive entre os grupos pobres da população e nas áreas rurais, resultados estes confirmados pelo Censo Demográfico de 1980⁽¹⁾. Dados oriundos do Registro Civil do Estado de São Paulo⁽²⁾, bem como análise preliminar da PNAD 1984 (suplemento fecundidade) parecem indicar que o declínio da fecundidade acelerou-se sobremaneira a partir de 1980. De uma taxa de fecundidade total de 5.8 na década de 60, passa a 4.2 no segundo quinquênio da década de 70 e a algo em torno de 3.5 entre 1980 e 1985. Teria havido, portanto, um declínio da ordem de 40% no nível de fecundidade no país em um período de aproximadamente 17 anos, uma queda considerável sob qualquer ângulo de análise.

Em que pese o fato de que existam ainda poucos estudos sobre nupcia-

(1) BERQUÓ, E. e MERRICK, T.W. - The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility. National Academy Press, 1983. Washington D.C.

(2) WONG, Laura R. - Estimativas da fecundidade para o Estado de São Paulo no 1º quinquênio dos anos 80. São Paulo, Fundação SEADE, 1985 (mimeo).

lidade no país e que certa mudança esteja ocorrendo quanto aos tipos de união dos sexos, não há dúvida de que, em termos globais, não houve, neste período, nenhum aumento significativo da idade média ao casar e nem na proporção de celibatários, que pudesse justificar a tendência verificada. Conseqüentemente, o declínio da fecundidade se deu basicamente entre as mulheres casadas, através da regulação voluntária da fecundidade.

De fato, as pesquisas de prevalência de uso de métodos anticoncepcionais mostravam que, por volta de 1980, nos Estados do Sul e Sudeste, nos quais foram realizados levantamentos (São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul), entre 62 e 72% das mulheres casadas entre 15 e 44 anos usavam algum método anticoncepcional. No Nordeste (Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia) estas proporções variavam de 31 a 47%⁽³⁾.

Os índices de uso de anticoncepcional no Sul e Sudeste eram comparáveis àqueles de países desenvolvidos. Todavia, tanto no Sul e Sudeste quanto no Nordeste, o leque de alternativas era bastante reduzido, concentrando-se no uso da pílula e da esterilização.

Dados mais recentes, 1984⁽⁴⁾, de pesquisas em alguns municípios pau-

(3) RODRIGUES, Walter, ARRUDA, José Maria, MORRIS, Leo, BARBARA, Janowitz & THOMÉ, Marcio - "Apresentação Geral das Pesquisas de Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar". São Paulo, ABEP, 5-8 de agosto de 1981.

(4) BERQUÓ, E. - "Sobre o declínio da fecundidade e a anticoncepção em São Paulo", trabalho apresentado na reunião do Social Science Research Council (SSRC) "Explanations of Fertility Decline in Latin America", Cambridge, Massachusetts, em maio de 1985.

listas (Rio Claro, Piracicaba, Avaré, Itararé e São Caetano do Sul) mostraram que a esterilização feminina é, em todos eles, o meio anti-concepcional mais freqüente, chegando a atingir a 38% das mulheres casadas em Rio Claro. Nestes municípios, 50% das mulheres esterilizadas o foram até os 29 anos de idade.

É digno de nota o fato de que, contrariamente a alguns países latino americanos, como o México e Colômbia, que também experimentaram rápido declínio da fecundidade no mesmo período, o Brasil não contou com uma política oficial de planejamento familiar. No entanto, desde meados da década de 60 e, particularmente, a partir de 1978, têm tido presença no país instituições privadas que, muitas vezes em convênio com governos estaduais e municipais, atuam diretamente sobre a população no que diz respeito ao planejamento familiar.

A queda significativa de fecundidade teve como consequência imediata, já na década de 70, diminuição no ritmo de crescimento demográfico do país (de 2.8 para 2.5% ao ano entre as duas décadas) e o início de um longo processo de modificação na distribuição etária da população brasileira, já identificável em 1980 entre os menores de 15 anos.

Devido à velocidade do declínio da fecundidade, distinta da que caracterizou esta fase da transição nos países hoje desenvolvidos, a

população brasileira conviverá ainda por longo tempo com baixas taxas de fecundidade e uma estrutura etária em grande parte resultante de altos níveis de fecundidade do passado, o que levará a mudanças rápidas na distribuição etária durante a fase de transição de uma quase-estabilidade, resultante de alto nível de fecundidade, para uma quase-estabilidade, decorrente de baixa fecundidade.

No início da década de 70, tendo por base a tendência observada na década anterior, projetava-se para o ano 2 000 uma população total no país da ordem de 213 milhões de habitantes. No entanto, devido ao declínio da fecundidade na década passada e usando-se hipótese de declínio moderado entre 1980 e 2 000, uma nova projeção prevê para o final do século uma população em torno de 190 milhões, isto é, menor em cerca de 23 milhões. Obviamente, estas pessoas "a menos" estarão concentradas nas idades abaixo de 30 anos, como conseqüência da queda da fecundidade nas três últimas décadas do século. Deve-se observar que provavelmente o declínio da fecundidade será maior do que o adotado na hipótese, dada a aceleração do descenso observada no primeiro quinquênio desta década, como indicado anteriormente.

O quadro a seguir mostra a população tal como observada em 1980 e projetada para o ano 2 000, segundo a última hipótese, assim como as distribuições percentuais e as taxas médias de crescimento entre 1980 e 2 000, por três grandes faixas etárias.

BRASIL - POPULAÇÃO (Mil)

FAIXA ETÁRIA	1980		2 000		TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO AO ANO(%)
	Total	%	Total	%	
0 - 14	45 459	38.2	57 652	32.4	1.2
15 - 64	68 784	57.8	111 153	62.5	2.4
65 e +	4 760	4.0	9 040	5.1	3.3
TOTAL	119 003	100.0	177 845	100.0	2.0

FONTE: WOOD, C.H. e CARVALHO, J.A.M. - The demography of inequality in Brazil (livro em fase de publicação)

Fica evidente a modificação na estrutura etária a ser observada na população brasileira até o final do século, com ritmos bem diferenciados de crescimento por faixa etária. Enquanto a população abaixo de 15 anos, toda ela nascida depois de iniciado o processo de declínio da fecundidade, crescerá a apenas 1.2% ao ano, a população acima de 60 anos, nascida antes do declínio, crescerá à altíssima taxa de 3.3% ao ano.

Entre 1970 e 1980, pela primeira vez no país, houve um declínio absoluto da população rural. O saldo migratório rural x urbano foi, na década, da ordem de 17 milhões de pessoas⁽⁴⁾, aí incluídos os efeitos indiretos da migração, o que correspondia a mais de 40% da população rural de 1980. Por outro lado, dos 119 milhões de pessoas re-

(4) CARVALHO, J.A.M. - Estimativas indiretas e dados sobre migrações: uma avaliação conceitual... São Paulo, Revista Brasileira de Estudos Populacionais, vol. 2, 1985.

censeadas em 1980, 24 milhões tinham mudado para o município de residência durante a década. Estes dados caracterizam o país como de alta mobilidade espacial.

Considerando que o desenvolvimento econômico não se dá de maneira uniforme no país, o menor ritmo de crescimento populacional e a profunda modificação na estrutura etária da população brasileira poderão provocar maior mobilidade espacial da população, determinada pela escassez relativa da mão-de-obra jovem em algumas áreas do país. Como decorrência deste fenômeno, algumas regiões poderão sofrer um esvaziamento demográfico sem precedentes, o que colocará novos problemas para o planejamento.

Surpreendentemente, a profunda modificação no padrão demográfico brasileiro, talvez a mais importante mudança estrutural ocorrida no país nos últimos 20 anos, pelas conseqüências que terá a curto, médio e longo prazo, tem sido timidamente absorvida, a nível de conhecimento e reflexão, fora do ambiente puramente especializado. De fato, embora fazendo parte das agendas de vários seminários e reuniões científicas de especialistas, pouca atenção tem merecido não só de setores acadêmicos, mas também por parte de órgãos governamentais diretamente responsáveis pelo planejamento econômico e social.

Muito pouco se sabe sobre os determinantes básicos que levaram a população dos diversos grupos sociais e regiões, em um espaço de tempo muito curto, a passar para um regime de fecundidade amplamente controlada, assim como sobre os diversos meios usados para que tal objetivo fosse conseguido. Também não se estudou objetivamente qual o papel exercido direta ou indiretamente pelas diversas instituições privadas ligadas à área do planejamento familiar dentro deste processo, principalmente no que se refere à informação sobre os métodos anticoncepcionais específicos e ao seu uso. Não se avaliou ainda quais as conseqüências, a nível de saúde física e mental, da adoção massiva de métodos anticoncepcionais, em especial dos até agora considerados irreversíveis, em uma população em grande parte carente e que não conta com uma boa estrutura de serviços de saúde.

2. PANORAMA INSTITUCIONAL DOS ESTUDOS POPULACIONAIS NO BRASIL

Sem a necessidade de revisitar, neste documento, a longa lista de instituições que de alguma maneira se dedicam aos estudos populacionais no país⁽⁵⁾, uma visão panorâmica dos aspectos institucionais nesta área leva necessariamente a reconhecer e destacar algumas questões de fundo:

- a. A demografia, *latu sensu*, está contemplada, quer como tópico dentro de uma disciplina ou como disciplina específica, em inúmeros cursos oferecidos por uma variada gama de departamentos ligados

(5) BERQUÓ, E. e ROCHA, M.I.B. - Avaliação e Perspectivas. Brasília, SEPLAN/CNPq (1):438-448, 1982.

ao ensino de graduação. Se por um lado isto representa um aspecto extremamente positivo, é preciso não perder de vista que, de modo geral, os professores responsáveis pelo referido ensino não têm uma formação específica na área, levando, em muitos dos casos, a uma visão parcial dos assuntos tratados;

- b. Estudos e pesquisas sobre a problemática populacional são desenvolvidos em vários centros ou programas em universidades e órgãos públicos, não necessariamente voltados exclusivamente para esta área do conhecimento. Os trabalhos apresentados nos Encontros da ABEP, de frequência bianual, são uma mostra clara da diversidade temática e da dispersão geográfica desta atividade;
- c. Graças ao desenvolvimento dos programas de pós-graduação no país, inúmeras instituições incluíram em suas pautas de investigação temas relacionados aos estudos de população, o que acabou por gerar um certo número de teses, mecanismo este que tem possibilitado a ampliação do número de profissionais com uma certa formação na área;
- d. Muito poucas são as instituições, razoavelmente consolidadas, com um número mínimo de especialistas e larga experiência de pesquisa, cujo objetivo seja o de formação de recursos humanos na área dos estudos demográficos.

Recentemente, foram iniciados três novos programas de ensino a nível de pós-graduação, a saber: Mestrado e Doutorado em Demografia, no CEDEPLAR/UFMG, Doutorado em História, com concentração em His-

tória Demográfica, no Depto. de História da UFPR, e Doutorado em Ciências Sociais, com concentração em Estudos Populacionais na UNICAMP, concentração esta a cargo do NEPO/UNICAMP;

e. Nesta década, quando se poderia esperar uma expansão e consolidação dos programas surgidos anteriormente e mais especificamente voltados para os Estudos Populacionais, como um processo normal de desenvolvimento, observa-se, ao contrário, uma certa estagnação, com o retraimento e mesmo desaparecimento de alguns, tais como o PRODEUR, FIDEPE e CEDOP. Por outro lado, constata-se o aparecimento de outros, tais como o NEPO da UNICAMP, Divisão de População da Fundação Joaquim Nabuco e o Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL), da USP;

f. Há de se ressaltar o papel relevante que vem sendo exercido pela ABEP, que, criada em 1977, vem cumprindo seu objetivo primordial, qual seja, promover o estudo da demografia no país, buscando fomentar, ampliar e fortalecer o intercâmbio científico entre os demógrafos brasileiros, como também entre estes e os demais estudiosos dos problemas populacionais. Isto tem sido conseguido através de encontros, seminários, cursos intensivos, programas de bolsa de pesquisa, publicação de um boletim trimestral e de uma revista semestral. Dadas as dimensões continentais do país e a dispersão daqueles dedicados à área de estudo, a ABEP se constitui em um veículo imprescindível de comunicação e integração desta comunidade acadêmica;

g. As funções de coleta e publicação de dados demográficos, assim co

Vale assinalar, entretanto, a existência de um esforço, a nível nacional através da Fundação IBGE, e a nível de alguns Estados, através de órgãos ligados a Secretarias de Planejamento ou Saúde, no sentido de sanar estes problemas;

- i. Neste rol de questões, cabe especial destaque uma consideração sobre os veículos nacionais de comunicação escrita especializada como que se conta na área, para as atividades de ensino e pesquisa.

Além do Boletim Informativo e da Revista Brasileira de Estudos Populacionais, de responsabilidade da ABEP, dispõe-se de dois tipos de publicações periódicas:

- I. Publicações que contêm, além de estatísticas demográficas, artigos científicos resultantes de investigação demográfica. Cabe ressaltar nesta categoria, o Boletim Demográfico da Fundação IBGE e o Informe Demográfico da Fundação SEADE;
- II. Anuários Estatísticos que cobrem, entre outras, informações demográficas, a nível nacional (Anuário Estatístico do Brasil da Fundação IBGE) ou a nível estadual.

Artigos sobre estudos populacionais são também publicados em revistas especializadas nos campos da economia, sociologia, saúde e estatística.

Vários centros dedicados aos Estudos Populacionais divulgam sua produção acadêmica também através de linhas próprias de publicação, como Séries Monográficas, Cadernos de Pesquisa, Textos para Discussão, etc.

Há de se ressaltar uma séria escassez de livros de textos básicos em português, para o ensino da demografia no país;

- J. O grande avanço registrado na última década na área de informática tende a aumentar a distância entre os centros brasileiros e aqueles de países desenvolvidos, devido ao alto custo no país de equipamento de computação e a quase inexistência de programas especificamente desenvolvidos para a análise demográfica. A existência de uma política brasileira de informática, digna de elogios, tendo em vista os interesses nacionais, coloca problemas concretos para os centros de pesquisas, que estão a exigir solução.

A despeito dos avanços alcançados, não deixa de ser preocupante o quadro institucional referente à área dos Estudos Populacionais no país. Dado o seu caráter multidisciplinar, o espaço próprio da Demografia como uma área específica do conhecimento ainda é de delimitação complexa, o que, muitas vezes, lhe acarreta problemas de legitimação por parte de universidades e órgãos públicos. Há escassez no país de recursos humanos com formação específica na área, devido às dificuldades de envio de pessoas para se especializarem no exterior e à não existência, até muito recentemente, de programas de pós-gra-

duação diretamente voltados para este campo no país. Este conjunto de fatores, embora possa não explicar totalmente, não há dúvida que tem muito a ver com a fragilidade institucional observada nesta área no país.

Tratando-se de uma área ainda com pouca tradição entre nós, caracterizada por fragilidade institucional, sofreu mais de perto os efeitos da crise financeira que se abateu sobre as universidades brasileiras. Tendo de competir com áreas mais tradicionais, estes efeitos tiveram repercussões sérias, que se fizeram sentir desde as dificuldades de assinatura de revistas especializadas, de ampliação de bibliotecas e aquisição de material demográfico básico (fitas, tabelas especiais, etc.) até a formação e contratação de pessoal especializado para compor os quadros necessários aos diversos programas.

3. ATIVIDADES RELEVANTES A SEREM DESENVOLVIDAS NA ÁREA

3.1 - Formação de Recursos Humanos

Apesar do grande número de professores universitários e pesquisadores interessados em Estudos Populacionais — os mais de 300 sócios da ABEP atestam isto — há claramente escassez no país de profissionais altamente qualificados em demografia, tanto em seu aspecto formal quanto analítico.

O programa de bolsas de estudo no exterior da Fundação Ford na década de setenta possibilitou a formação, a nível de mestrado e doutorado, de profissionais na área ou áreas afins. No entanto, pode-se dizer que poucos realmente receberam uma formação sólida na área, pois muitos receberam a bolsa e apenas fizeram um "minor" em demografia. Não há como se negar o resultado do esforço desenvolvido pela Fundação, porém certamente os resultados teriam sido maiores se o apoio a estudantes no exterior houvesse obedecido a critérios mais bem definidos quanto à carga mínima de créditos a serem obtidos na área que se queria incentivar.

Encerrado o programa da Fundação Ford, os poucos brasileiros a fazer pós-graduação em demografia no exterior o tem feito através da CAPES e CNPq, que tem limitado suas bolsas a estudantes de doutorado. Há uma tendência nestas agências governamentais a diminuir o envio de estudantes ao exterior, dado seu alto custo e as dificuldades cambiais do país.

Como visto, começam a se desenvolver no país programas de pós-graduação destinados a formar profissionais em Estudos Populacionais, ainda que, por enquanto, apenas um, o do CEDEPLAR formará profissionais em demografia, strictu sensu.

Por outro lado, prevê-se aumento da demanda por demógrafos, a come-

gar pelos órgãos governamentais voltados ao planejamento e definição de políticas públicas, tendo em vista o novo padrão demográfico do país, que necessariamente imporá a estes órgãos a necessidade de contar com especialistas na área.

As atividades de formação de recursos humanos devem cobrir três frentes:

1. Oferecimento de cursos de especialização em demografia em regiões mais carentes de recursos humanos, tendo em vista oferecer a técnicos governamentais, professores e pesquisadores uma base mínima de conhecimento e prática. Tais cursos devem ser muito bem estruturados e não por demais intensivos, a fim de se garantir um melhor rendimento. Deve haver cuidado de se combinar no programa os aspectos técnicos com os analíticos, evitando-se uma formação desbalanceada. Obviamente, o grosso dos professores teriam que vir de outros centros do país.
- Dever-se-ia examinar a viabilidade de se estruturar cursos de especialização com maior duração, oferecidos por instituições já consolidadas na área, que receberiam os estudantes de várias regiões do país. Outra possibilidade, seria interessar na área o CENDEC, órgão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, que tem por finalidade preparar recursos humanos para o planejamento, através de cursos periódicos. Finalmente, o Centro de Treinamento em Desenvolvimento Regional-CETREDE, órgão do Ban-

co do Nordeste do Brasil, situado em Fortaleza, por oferecer cursos de especialização para funcionários de órgãos de planejamento, principalmente do Nordeste, deve também ser pensado nesta linha de atuação.

2. Apoio aos programas de pós-graduação no país que atualmente formam profissionais na área. Este apoio deve, antes de tudo, garantir às instituições responsáveis pelos programas uma equipe altamente qualificada, que lhes permita oferecer programas comparáveis ao que há de melhor em outros centros mais desenvolvidos. Enquanto não se consegue chegar a uma equipe de tamanho ideal, a presença de professores visitantes estrangeiros será imprescindível. Entre os visitantes, ter-se-ão aqueles mais seniores, que trabalhariam por um período curto, e outros mais jovens, recém-saídos de seus programas de pós-graduação, que poderiam aqui permanecer por períodos de 2 a 3 anos, havendo, inclusive, a possibilidade de serem absorvidos de modo permanente.

Outros apoios importantes cobririam os setores de biblioteca, bolsas para alunos, computação.

3. Identificar e apoiar grupos de pesquisa em Estudos Populacionais, sediados em instituições universitárias, que tenham potencial para implementar programas de pós-graduação, a médio prazo. Em um primeiro momento, ofereceriam uma concentração e, posteriormente, uma pós-graduação específica na área. O número dos programas atu

almente existentes é extremamente reduzido, e há de se garantir sua expansão no futuro próximo.

A preparação dos novos grupos para tal tarefa deve se iniciar com o fortalecimento das equipes, que necessariamente deveriam contar com um número mínimo de profissionais altamente qualificados, com formação específica em demografia.

4. O fato de que cada vez mais o avanço nos estudos demográficos depende de recursos da informática, coloca desde logo a necessidade de ampliação do reduzido quadro de pessoal preparado nesta área especializada.

Programadores e analistas de sistemas devem ser motivados para adentrarem o campo da demografia com a finalidade do desenvolvimento da pesquisa inovadora.

Cursos intensivos devem ser oferecidos aos estudiosos de população sobre o uso da informática em demografia para que possam usar com eficiência dos recursos recentemente disponíveis nesta área.

5. O número de doutores que serão formados no país nos próximos anos será muito reduzido. Por outro lado, há de se evitar o "inbreeding" na área. Torna-se de fundamental importância apoiar candidatos brasileiros de grande potencial, já com formação a nível de mestrado, que se proponham a fazer doutorado no exterior. Dado o alto custo de tal investimento, critérios bem definidos devem ser adotados, que devem ter em vista não somente a qualidade do programa pretendido e do candidato, mas também a e-

quipe brasileira a ser beneficiada.

6. Finalmente, apoio a programas de pós-doutorado em centros acadêmicos do exterior devem ser estimulados para permitirem que demógrafos brasileiros possam arejar suas idéias e, ao mesmo tempo, reciclar seus conhecimentos específicos pelo convívio com colegas que trabalhem no mesmo campo. Dada a escassez que ainda continuará existindo por algum tempo em nosso meio de doutores, torna-se fundamental que o pós-doutorado não ultrapasse o limite de seis meses e realize em áreas realmente afins com a do candidato.

7. O intercâmbio entre instituições de pesquisadores e professores é extremamente salutar em qualquer situação. Permite a troca de experiências e dá oportunidade ao investigador visitante de refletir, com o devido distanciamento, sobre sua instituição de origem.

No Brasil, dada a escassez e a distribuição assimétrica de pessoal especializado, um programa de intercâmbio torna-se imprescindível, pois garantiria um melhor aproveitamento dos profissionais existentes e fortaleceria aqueles grupos e profissionais em fase de formação.

3.2 - Fontes de Dados, Disponibilidade de Informações e Recursos de Informática

O estudioso na área de população no Brasil vive em eterno conflito entre suas proposições teóricas e a disponibilidade da informação correspondente que lhe permita testar suas hipóteses de trabalho e dar continuidade à sua linha de argumentação e pensamento. É, principalmente, o caso se para tanto depender de informações secundárias como, por exemplo, Censos e PNADs. Estará sujeito ao efeito da defasagem entre a coleta das informações, seu processamento e sua publicação, o que em média leva, na melhor das hipóteses, de 3 a 4 anos. Caso necessite de tabulações especiais, situação muito comum, terá de esperar vários anos e às vezes nunca as obterá, dados os critérios e o elevadíssimo custo cobrado pelos órgãos coletores da informação.

Tentando evitar este demorado processo, algumas instituições de pesquisa ou mesmo investigadores por iniciativa própria, procuram adquirir fitas contendo as informações desejadas e, neste sentido, é comum acabarem também por se ver frente a uma séria burocracia, ou então defrontarem-se com custos proibitivos que frustram suas aspirações.

Por outro lado, os estudos que carecem da dimensão histórica esbar-ram também em sérios problemas. Um deles é a desinformação de fontes de dados referidos a períodos muito remotos. Outro, é a grande dispersão geográfica destas fontes. Via de regra, quando as informações são identificadas, no tempo e no espaço, carecem de considerável e árduo trabalho de fichamento, codificação, recodificação, entre outros.

Ainda um outro ponto nesta ordem de idéias merece destaque. Trata-se do descompasso entre os recursos computacionais existentes no país e os disponíveis, em escala internacional, com relevância para o campo da demografia. Pacotes referentes a análise demográfica strictu sensu, pacotes estatísticos e pacotes de utilidade geral vêm sendo desenvolvidos a uma velocidade compatível com as necessidades de se manter atualizada a crescente demanda dos estudos demográficos. Cada vez mais mudanças que vão ocorrendo nos diversos componentes da dinâmica demográfica precisam ser rapidamente incorporadas nas projeções populacionais para orientarem o delineamento de políticas sociais, de habitação, de transporte, de escolas, de assistência médico-sanitária, entre outras. Infelizmente, poucas são as instituições de ensino ou pesquisa que contam com equipamentos capazes de aborverem estes programas e, na maior parte das vezes, quando eles existem, não dispõem dos pacotes acima referidos.

Diante do exposto, torna-se fundamental que mecanismos dinâmicos sejam acionados, o mais breve possível, com o propósito de agilizar quantitativa e qualitativamente a investigação em demografia no país.

A seguir, sugere-se algumas iniciativas nesta direção:

1. A realização de uma PNAD ou de um Censo vem sempre precedida de uma fase de preparação que inclui desde a escolha do tema geral, do suplemento - no caso das PNADs -, até novos conceitos a serem emprestados a tópicos já tradicionalmente estudados, inclusão de novas questões, distintas formas de inquerir o mesmo item, abrangência maior ou menos de certos quesitos, etc. No sentido de que as informações coletadas respondam às necessidades da comunidade acadêmica, torna-se fundamental que pequenos comitês de especialistas assessorem a FIBGE e outros órgãos produtores de informações em áreas específicas, na fase de preparação destes levantamentos;
2. Com a finalidade de democratizar a informação coletada ou produzida por órgãos municipais, estaduais ou federais, cópias de fitas contendo dados como os dos Censos, das PNADs, das PMEs (Pesquisa Mensal de Emprego), devem estar disponíveis para serem adquiridas por entidades de ensino e pesquisa, a preços acessíveis. Neste sentido, podem ter papel de real importância os entendimentos

de instituições promotoras e financiadoras de projetos de pesquisa junto àqueles órgãos. Paralelamente, a ABEP pode se constituir em veículo mediador nestes entendimentos e catalizador das ações que vierem a ser definidas;

3. Para que as fitas, uma vez adquiridas, possam ser prontamente operacionalizadas, ao nível de instituições de pesquisa, é preciso que estas disponham de equipamentos do tipo "mainframe" ou micros de 16 bits ou do tipo Apple, possibilitando cada um destes tipos de máquina análises de pacotes específicos em demografia e estatística. Aqui é onde a atuação das instituições financiadoras de pesquisa se faz sentir mais acentuadamente, e onde a ABEP pode ser importante intermediadora;
4. Quanto aos bancos de dados históricos ou arquivos, devem merecer também a preocupação dos órgãos oficiais na sua recuperação e reconstituição em termos de "input" e "output" nos equipamentos modernos de informática. Apoio institucional para a manutenção dos já existentes, deve merecer atenção especial.

3.3 - Comunicação e Publicações

A existência de inúmeros profissionais com interesse nos Estudos Populacionais, dispersos pelos mais diferentes pontos do país, com muito pouca concentração em termos de instituições, a escassez de bens textos em português, tendo em vista a formação de recursos humanos, e a generalizada falta de informação sobre a nova realidade demográfica do país, suas conseqüências e implicações, por parte da população em geral, e, principalmente, daqueles responsáveis pela formação da opinião pública, pelo planejamento sócio-econômico e pela tomada de decisões políticas, coloca problemas concretos na área de publicação e comunicação, que estão a exigir a definição de atividades específicas:

1. A Revista Brasileira de Estudos de População, ainda apenas em seu 2º número, pode vir a desempenhar um papel de extrema relevância, como veículo de comunicação da produção científica, entre os profissionais que, direta ou indiretamente, se relacionam com a área demográfica.

De responsabilidade da ABEP, recursos financeiros devem ser assegurados para que a Revista não sofra solução de continuidade, pois são bem conhecidas as dificuldades para se manter, com a periodicidade necessária, tal tipo de publicação. Por outro lado, há de haver esforços para que a Revista conte com artigos de abrangência temática e qualidade necessárias, e que se atinja o maior nú-

mero possível de bibliotecas acadêmicas e de profissionais, não se limitando aos membros da Associação;

2. Tendo em vista que a multidisciplinaridade da Demografia amplia-se continuamente e a necessidade de se atingir o maior número possível de profissionais, deve-se incentivar a publicação de artigos nas revistas científicas especializadas de outras áreas sobre a temática populacional, enquanto intercessão com estas áreas;

3. Os Anais que a ABEP tem preparado e publicado em correspondência a cada um de seus encontros nacionais constituem material imprescindível ao ensino e à pesquisa na área dos estudos populacionais. Contendo não só trabalhos encomendados, coordenados em mesas-redondas, mas também conferências e comunicações espontâneas, o conjunto dos vários volumes dos Anais, referentes aos quatro encontros já realizados, cobre já milhares de páginas.

Neste sentido, é fundamental criar condições para manter a continuidade deste tipo de publicação, a cada dois anos, pelo papel de comunicação e intercâmbio que representa entre os pesquisadores dispersos por todo o território nacional, inclusive aqueles que não podem estar presentes aos encontros;

4. Tendo em vista a formação de recursos humanos na área, através de cursos formais, há necessidade de tornar disponíveis, em português, textos básicos de demografia, tanto técnicos como teóricos, assim como trabalhos referentes à evolução demográfica brasi

leira em seus diversos aspectos. Há escassez de bibliografia básica em português e as análises relativas à população brasileira encontram-se dispersas e, muitas vezes, não são apresentadas de forma didática;

5. Em relação à meta a se atingir, primordialmente, os grupos de formação de opinião pública, de planejadores e de formuladores de políticas, todos eles não diretamente ligados ao mundo acadêmico, duas formas de atividades deveriam ser contempladas:
 - a. Organização de seminários, que teriam como objetivo apresentar e discutir em linguagem acessível, porém a partir de uma base científica, a nova realidade demográfica do país, os novos problemas que se colocam e que têm que ser levados em consideração na definição e implementação de políticas públicas, tanto no que se refere ao longo, quanto ao curto prazo;
 - b. Preparação e publicação de documentos relacionados à problemática populacional brasileira que, tendo por base a pesquisa e as análises existentes, transmitam aos grupos ou setores não especializados as mudanças ocorridas nos últimos vinte anos, seus determinantes e conseqüências.

4. INVESTIGAÇÃO

Vários poderiam ter sido os formatos adotados para a apresentação deste capítulo, que se constitui, por assim dizer, no cerne deste trabalho. Privilegiou-se aquele que aborda as necessidades de pesquisa no Brasil, hoje, via consideração dos componentes da dinâmica demográfica — mortalidade, fecundidade e migrações internas — e mais nupcialidade e história demográfica. Acrescentou-se também como um tema especial: Ecologia e População.

Áreas especiais, tais como: as políticas públicas — em especial as políticas sociais —, a questão do mercado de trabalho — em especial a mulher na força de trabalho —, etc., não foram destacadas como subcapítulos, por estarem sendo contempladas, em certa medida, e respeitadas as suas especificidades, como partes integrantes dos cinco temas já mencionados.

Da mesma forma, não se destacou o tema População e Saúde. Por uma parte, porque Saúde, vista do ângulo de uma política social, já estaria contemplada, como se acentuou nas linhas anteriores. Por outra parte, porque os avanços no campo bio-médico e que carecem de imediata integração no tratamento das questões relativas à fecundidade, à mortalidade, à nupcialidade e às migrações, ficam referidos de forma mais oportuna no âmbito de cada uma destas questões.

Finalmente, vale ainda ressaltar que, estando os Estudos Populacionais continuamente sujeitos a terem ampliado seu campo multidisciplinar, a tarefa de propor linhas prioritárias de investigação nesta área do conhecimento corre sempre o risco de pecar por omissão.

4.1 - Mortalidade

A complexidade inerente à compreensão do objeto de estudo, implica em programas de grande porte que deveriam ser implementados em alguns estados ou regiões do Brasil para fins comparativos. Os programas devem tentar captar o processo saúde-morbididade-morte, ressaltando-se a necessidade de não dissociar a mortalidade da morbidade, especialmente a mortalidade infantil que é bastante suscetível a apartos-de-evitar-mortes, em que algumas intervenções selecionadas são adotadas sem que haja qualquer tentativa de melhoria de condições de vida. Estes programas deveriam ser implementados em áreas selecionadas de acordo com diferentes níveis de mortalidade e diferentes estruturas econômicas e políticas. O marco conceitual deveria ser bem definido e a metodologia o mais uniforme possível. A uniformidade metodológica não deve implicar, entretanto, na falta de respeito às particularidades locais, que devem ser observadas e incluídas no desenho da pesquisa.

Além dos programas de grande porte a serem implementados, outros estudos de menor porte devem ser incentivados. Sem a pretensão do co-

brir os tópicos relevantes, listam-se, a seguir, alguns dos tópicos a título de exemplo:

- . Explicar ou entender porque a mortalidade infantil, em algumas áreas do país, é alta ou porque ela estaciona após atingir um certo nível intermediário. Parece ser mais fácil do que entender as razões pelas quais ela não é alta. Atenção especial deveria ser dada a regiões cujas taxas de mortalidade infantil, apesar de terem atingido níveis relativamente baixos, continuam em seu processo de declínio. Parece necessário ter-se um quadro mais claro dos pesos dos fatores atuantes na queda contínua da mortalidade, nos diferentes contextos;
- . Adultos jovens, do sexo masculino, de 15 a 35 anos parecem constituir um grupo bastante suscetível às conjunturas econômicas e sociais. Uma das explicações seria a quase inexistência de programas específicos para este grupo. Estudos abrangentes a respeito da morbi-mortalidade deste grupo, especialmente em regiões onde a mortalidade infantil vem declinando por ações intervencionistas específicas, podem contribuir para a discussão da relação entre sociedade e mortalidade;
- . Em regiões com alta mortalidade, estudos específicos sobre a mortalidade materna e mortalidade fetal associadas especificamente a acesso e qualidade dos serviços de saúde poderiam ser complementadas com microestudos do tipo antropológico e quase-antropolítico;

- . Alguns dos tópicos relacionados à mortalidade infantil são escassos na literatura. Dentre eles, pode-se citar a influência das condições objetivas do trabalho da mulher e da infra-estrutura de apoio que ela conta para os cuidados de filhos menores, tanto na sociedade em geral, quanto na sua família. Estudos sobre a influência na mortalidade infantil do trabalho da mulher, conjugada à organização e divisão de trabalho familiar parece ser um tópico atraente;
- . Pesquisas são necessárias para se definir o padrão de mortalidade no país, desagregado pelo menos a nível das Unidades da Federação. Naqueles lugares que contam com estatísticas de óbitos razoavelmente boas, estas informações devem ser analisadas, corrigidas, para a definição do padrão. Naquelas com estatísticas deficientes, a única maneira de se definir o padrão de mortalidade será através de surveys cuidadosamente planejados e conduzidos. O conhecimento dos diferenciais de mortalidade no país, não somente referentes aos níveis mas também aos padrões, será imprescindível para o entendimento dos determinantes da mortalidade no país e, conseqüentemente, para a definição de políticas com objetivo de melhoria da saúde da população e a queda da mortalidade.

Por outro lado, aos órgãos coletores e geradores de dados sugere-se a incorporação de itens que não só facilitaríamos tipos de pesquisa que já vêm sendo realizadas, como abririam perspectivas para novos

enfoques. Entre os primeiros, destacam-se, pela sua importância, os seguintes:

1. Matrizes de óbitos por residência e ocorrência deveriam ser publicadas periodicamente, com o menor nível de desagregação possível, por localidade e também por diferentes grupos sócio-demográficos. Igual procedimento deveria ser adotado para os coeficientes de subregistro de óbitos e de nascimentos;
2. A falta de informações sobre as causas de morte no meio rural pode ser devida à não classificação do local de residência por categorias urbano/rural nos atestados de óbitos e registros de nascimentos. Como estes são as únicas fontes de dados para tais informações, a reclassificação do local de residência se torna quase que urgente;
3. Medidas de uniformização de categorias sócio-econômicas de três fontes: atestados de óbitos, registros de nascimentos e censos demográficos, permitirão o pareamento de casos de morte com a população exposta. A ausência de estudos de diferenciais sócio-econômicos de causas de morte se deve principalmente à dificuldade de se parear os eventos à população de risco;
4. Os censos demográficos devem incluir quesitos para estimativas de mortalidade adulta. No planejamento dos censos, as variáveis controles dos tempos de exposição, imprescindíveis para se calcular diferenciais, devem ser consideradas. Assim, informações tais

como: idades à primeira união, ao primeiro filho, à primeira viu vez, deveriam estar sempre presentes.

4.2 - Migrações Internas

São listadas a seguir algumas reflexões sobre temas e problemas que merecem maior atenção por parte dos estudiosos da migração no Brasil nos próximos anos.

4.2.1 - Novos Padrões de Distribuição Populacional

. Migração de procedência urbana

Cômo seria de se esperar, à medida em que a população se concentra em cidades, a proporação das migrações de procedência urbana torna-se progressivamente maior. Em 1980, 50% das migrações registradas no censo se deram no sentido urbano-urbano. Mais 5% eram urbano-rurais. Apesar dessa predominância urbana, as teorias de migração, sejam de vertente da modernização neo-clássica ou histórico-estrutural, são voltadas para a explicação da migração rural-urbana. O máximo que se encontra de migração de procedência urbana aparece na migração por etapas, do meio rural para cidades pequenas e, finalmente, para cidades grandes. Estudos apontando a retenção seletiva das áreas metropolitanas, a migração de retorno e a migração repetida sugerem, por outro lado, que as grandes cidades talvez sejam emissoras de migrantes. Até agora, tem sido difícil detectar os fluxos de procedência urbana porque os censos não identificavam as cidades especí

ficas, apenas a situação de domicílio. Supunha-se migração por etapas em direção a cidades maiores. Há que se perguntar, entretanto, se os "fatores de expulsão" não funcionam, também, no meio urbano. Mais recentemente, a crise econômica pode ter contribuído para certo "êxodo urbano".

. Esvaziamento de áreas de fronteira

Outra "novidade" da redistribuição populacional no Brasil é o esvaziamento, às vezes surpreendentemente rápido, de áreas de fronteira agrícola, como o Paraná e Goiás. Também existem saldos migratórios negativos da população rural no Amazonas e Acre. Há que se determinar em que parte essas tendências se devem a movimentos para mais adiante ("hollow frontier"), a movimentos para trás (para áreas mais desenvolvidas) e, finalmente, a movimentos no sentido rural-urbano dentro das áreas fronteira.

. Urbanização em áreas de fronteira agrícola

O crescimento urbano é generalizado em todas as áreas de fronteira "agrícola". Esse aparente paradoxo merece estudo no que diz respeito a novas relações cidade-campo no Brasil como um todo e, também, no contexto específico da fronteira agrícola.

. Crescimento das periferias das regiões metropolitanas

Existem alguns indícios de maior complexidade no padrão residencial das grandes cidades. Tradicionalmente no Brasil, as classes média e

alta moram na parte central da cidade e a classe operária nos subúrbios. Nos Estados Unidos ocorre o contrário. Atualmente, a classe média alta no Brasil começa a procurar áreas verdes e seguras, enquanto a população carente é empurrada para periferias cada vez mais distantes.

Tipicamente, os ricos dirigem-se ao Sul e os pobres ao Norte. Pergunta-se se há perspectiva, no Brasil como nos Estados Unidos, de "turnaround", ou seja, crescimento dos entornos urbanos em detrimento das cidades centrais.

4.2.2 - Formas de Mobilidade

. Migração repetida

Existem indícios de que pelo menos parte da população migrante desloca-se repetidas vezes. O censo não detecta essas seqüências. Poder-se-ia procurar meios de se caracterizar as migrações repetidas e os migrantes, através de dados dos CETREMIs, entidades de assistência a migrantes e "surveys" específicos.

. Trabalho volante na agricultura

Em partes de São Paulo e Paraná na década passada, o "bóia-fria" emergiu como forma importante de trabalho na agricultura, caracteriza da por mobilidade diária no sentido urbano-rural no âmbito intramunicipal. O censo de 1980 tem uma pergunta específica sobre trabalho

volante. Poder-se-ia mapear o fenômeno em 1980 e caracterizar os vo-
lantes, as áreas em que se encontravam e as combinações de ativida-
des rurais e urbanas dos trabalhadores e suas famílias. Para o pe-
ríodo recente, pergunta-se se o trabalho volante difundiu-se para ou-
tras regiões e se continua da mesma forma nas regiões onde apareceu,
ou se já está diminuindo nessas regiões em função, por exemplo, da
monocultura da cana, da mecanização de colheitas e da expansão da
pecuária. Se acabarem as possibilidades de combinação de residência
urbana e trabalho rural no interior, para onde vão os migrantes?

. Trabalho migrante na agricultura

Começa a receber atenção o trabalho volante na agricultura que impli-
ca deslocamentos grandes, até mesmo interestaduais ou interregionais,
não apenas urbano-rurais intramunicipais, como mudança temporária do
local de residência. É o caso, por exemplo, dos habitantes do Vale
do Jequitinhonha que vão cortar cana em São Paulo, ou dos cearenses
que tiram malva no Pará. Este tipo de movimento sazonal, já existen-
te, foi facilitado pelo melhoramento da malha rodoviária nos últimos
15 anos. Ele pode se tornar mais importante que o trabalho volante
acima mencionado à medida que o "bóia-fria" não consegue se susten-
tar dentro do raio de deslocamento cotidiano. Pode incluir, além de
proletários permanentes, pequenos produtores na agricultura com ocio-
sidade sazonal e necessidades de renda monetária complementar.

. Mobilidade circular

Mobilidade não-permanente, migração sazonal, migração pendular, circulação, etc. tem recebido atenção na África, na Ásia e no Pacífico, mas são pouco estudados na América Latina, especialmente no Brasil. Estas formas carecem de melhor conceituação e são difíceis de se captar com os dados existentes. Entretanto, podem ser comuns, especialmente em algumas regiões, guardando complexas interrelações com a migração "permanente" e com o desenvolvimento.

4.2.3 - Causas e Conseqüências

. Os marcos teórico neo-clássicos e histórico-estrutural possuem o denominador comum de considerar diferenças de emprego e renda como motores da migração. Sem se voltar à teoria da modernização, deve-se procurar incorporar as condições de vida (padrões de consumo, bens e serviços coletivos, estilo de vida, qualidade de vida, educação, saúde, etc.) como condicionantes da migração. Pode ser que na atualidade as condições econômicas sejam uniformemente difíceis, enquanto persiste grande variação nas condições de vida, favorecendo a migração para as áreas metropolitanas.

. Estudos realizados na década de setenta mostravam, em qualquer parte do Brasil, a tendência de melhor situação dos migrantes em função da duração de residência. A discussão que surgiu foi se os migrantes se adaptavam, ou se era problema de seletividade. Por

suas implicações políticas, a questão é importante. Os dados de 1980 não receberam a mesma atenção. Deve-se verificar se a mesma tendência existe e interpretar os resultados.

. Migração, fecundidade e mortalidade

No censo de 1970, os migrantes diferem dos naturais em termos de fecundidade e mortalidade, quase sempre para mais. Não se sabe, entretanto, se as diferenças são anteriores ou posteriores à migração, ou se a população que migra se distingue da população que fica por razões que também têm a ver com sua fecundidade e mortalidade, ou seja, que as três variáveis tenham causas comuns.

. Migração e Saúde

A migração pode favorecer a saúde ou a doença. Deve-se estudar o impacto da migração nos migrantes e nas populações emissoras e receptoras, bem como saúde/doença como fatores condicionantes da migração.

4.2.4 - Políticas

. Efeitos das políticas

Embora as políticas públicas influam muito na migração, principalmente por seus efeitos indiretos, pouco se sabe sobre essa influência.

. Cidades médias

Dada a ênfase em políticas federais e estaduais sobre cidades de médio porte ou "cidades diques" como alternativas ao crescimento metropolitano, a retenção de migrantes nessas cidades merece estudo crítico.

. Colonização

Embora a colonização não receba atualmente a mesma publicidade que durante o período Médici, muitos milhares de colonos foram assentados nos anos 80 e a Reforma Agrária agora em discussão seria equivalente em muitos aspectos à colonização. A retenção parece ser baixa, a rotatividade elevada. Não existe nenhum balanço sistemático das experiências de assentamento de população rural das décadas de 70 e 80, embora muitos estudos parciais já estejam disponíveis.

4.2.5 - Técnicas e Fontes de Dados

. Séries temporais

Devem ser refeitas as séries históricas de saldos migratórios por estado, calculadas por Graham e Hollanda, usando-se as técnicas conhecidas para esse fim.

. Técnicas indiretas a nível local

As técnicas de estimação indireta de saldos migratórios podem ser aplicadas, com algumas adaptações, a nível de microrregião ou município. Deve-se aperfeiçoar essa aplicação das técnicas e avaliar criticamente sua contribuição, dada a instabilidade das estimativas de fecundidade e mortalidade a esse nível de desagregação e a complexidade dos cálculos.

. Procedência a nível de município

O quesito incluído no censo de 1980 sobre município de residência anterior para os migrantes nos últimos 10 anos, constitui fonte riquíssima para os estudos de migração, uma vez que permite compreensão das causas mediante cruzamento de dados de migração com dados de transformações econômicas nas áreas de saída de migrantes. Infelizmente, entretanto, a informação gerada por esse quesito não foi publicada, nem foi incluída nas amostras de uso público. Não deve ser perdida.

. Fontes alternativas de dados

Ainda que os censos constituam rica fonte de dados pouco explorados, merecendo maior aproveitamento, não se deve ignorar outras fontes que possam lançar luzes sobre aspectos tais como procedência a nível de município. Além de fontes como matrícula escolar e registros paroquiais, existe número cada vez maior de registros que indicam, direta ou indiretamente, o local de residência anterior,

e que podem complementar os dados censitários.

. Indicadores sintomáticos de crescimento populacional

Numa sociedade como a brasileira, que passa por rápidas transformações demográficas e sócio-econômicas, as projeções populacionais baseadas em tendências passadas tornam-se problemáticas. Embora seja inviável recensear a população a intervalos inferiores a 10 anos, existem inúmeros indicadores "sintomáticos" do tamanho da população dos municípios, que podem ser utilizados para anos pós-censitários, tais como matrícula escolar, registro eleitoral, ligações de luz e água, alvarás e outros dados gerados pela crescente burocratização. Esse tipo de dado, muito utilizado nos Estados Unidos, ainda não foi aproveitado no Brasil.

. Pesquisas qualitativas

Como é que o migrante percebe a migração nos momentos de saída, chegada, permanência e eventuais reemigrações? Como é que os não-migrantes percebem a migração? Há muito lugar para investigações de cunho antropológico.

4.3 - Nupcialidade

No Brasil, poucos são os estudos realizados sobre a nupcialidade, em seus vários aspectos. Da mesma forma como acontece em outros contextos, os trabalhos aqui conduzidos, até bem recentemente, viam a nupcialidade como variável de controle, para o estudo da fecundidade. Isto explica, em certa medida, por que as poucas investigações realizadas no país privilegiam o calendário (ou a média da idade ao casar) e a intensidade (ou a prevalência de casamentos), isto é, os chamados "padrões da nupcialidade".

Historicamente, os determinantes demográficos dos padrões da nupcialidade estiveram associados à necessidade de ajustes na idade ao casar e na proporção de casados, para compensarem as variações no ritmo de crescimento da população.

Na fase de pré-transição demográfica, quando a mortalidade e a fecundidade atingiam níveis iguais e muito elevados, e a estabilidade no crescimento populacional era rompida toda vez que a mortalidade sofria variações, o casamento precoce era uma espécie de válvula de que as sociedades lançavam mão para reconduzirem a população ao seu nível anterior.

Na primeira fase da transição, quando a mortalidade havia declinado substancialmente, mas a fecundidade ainda apresentava níveis ele

vados, o calendário e a intensidade da nupcialidade voltaram a se constituir em recursos para frear o crescimento populacional.

Já na segunda fase da transição, caracterizada por baixos níveis de mortalidade e de fecundidade, esta última controlada por meios anticoncepcionais eficazes, a nupcialidade cada vez mais deixa de desempenhar o papel de recurso regulador do aumento populacional.

Por outra parte, as rápidas mudanças em curso em quase todas as partes do mundo, nos padrões de comportamento e nos arranjos para viver e sobreviver — crescente número de divórcios, desquites, separações, ou mesmo de uniões sem vínculos legais, freqüentes recasamentos, ou ainda formas de vida solitária — por repercutirem não só sobre os aspectos demográficos, mas sobretudo sobre os fenômenos nos quais a família aparece como elemento fundamental, justificam que a nupcialidade seja pensada como um tema próprio, carente de investigação.

Nesta ótica, importa conhecer os fatores determinantes do casamento — quando, como, com quem e por que — e do não-casamento, na sociedade brasileira, cuja população, em que pesem diferenças regionais e por grupos sociais, já se encontra na segunda fase da transição demográfica.

Isto não significa de modo nenhum perder de vista a importância de estudos que tentem recuperar também o papel da nupcialidade na transição demográfica brasileira.

Em vista do exposto, esta é uma área que requer pesquisas em todos os níveis, a saber: analítico, teórico-metodológico e metodológico propriamente dito. A seguir estão listados alguns tópicos que cobrem, em certa medida, estas necessidades.

1. Estudos analíticos dos níveis e tendências do calendário e da intensidade da nupcialidade feminina e masculina (esta quase sempre ausente nos estudos de nupcialidade), ao longo dos últimos quarenta anos, para o país, suas regiões e Unidades da Federação, por situação urbano-rural do domicílio.

Espera-se que estudos desta natureza possam esclarecer, para os contornos geográficos acima especificados, se o casamento está sendo postergado ou antecipado, e se estas alterações se diferenciam por sexo; se se vem atenuando a diferença entre as idades da mulher e do homem ao se casarem; se o celibato vem aumentando, tanto para homens quanto para mulheres; que tipo de interação entre calendário e intensidade tem caracterizado a sociedade brasileira no período estudado.

2. Estudos analíticos do estado do mercado matrimonial no país, nas regiões e nas Unidades da Federação, por situação urbano-rural do

domicílio.

Esta linha de investigação visa caracterizar as razões de sexo nos diferentes grupos etários, incluindo o papel das migrações internas no equilíbrio ou desequilíbrio dessas razões. A mortalidade diferencial, por sexo, será também um ingrediente nesta caracterização.

3. Pesquisas que incorporem diferenciais por tipo de união, níveis de escolaridade, ocupação, posição na ocupação, renda, etnia e religião aos estudos referidos nos dois itens anteriores, se constituirão em um primeiro passo para a compreensão dos fenômenos ali descritos.
4. Estudos que tratem de identificar, em contextos concretos, as formas emergentes e prevalentes de união dos sexos, dos variados arranjos de existência em comum, de co-habitação temporária e definitiva, das dissoluções, das novas uniões, do celibato como opção, etc., vistos como respostas a processos em mudança, são temas obrigatórios na investigação atual.
5. Do ponto de vista da reprodução social, interessa investigar quem casa-se com quem, ou seja, quais os critérios de escolha dos parceiros para uniões estáveis ou não, legalizadas ou não. O enfoque das alianças matrimoniais tem o propósito de desvendar os diferentes tipos de capital — econômico, social e cultural — em

jogo na seleção do parceiro para a formação da família.

6. Pouco ou quase nada se sabe sobre o papel da nupcialidade como parte dos mecanismos de regulação da população no passado brasileiro. Investigações nesta direção devem ser estimuladas, sem perder de vista nestes estudos, evidentemente, o que representou a imigração internacional, portadora de comportamentos diferenciados quanto ao calendário e à intensidade da nupcialidade.
7. Do ponto de vista estritamente metodológico, as informações disponíveis, na sua grande maioria, originárias de fontes secundárias, seguem orientações pré-estabelecidas para garantir comparabilidade e, por isso, adotam conceitos ainda tradicionais sobre casamento, união, família, etc., sem contar que só cobrem as uniões atuais e recortam a família em um momento fixado do tempo. Na medida em que surgem novas formas de casamentos, de família, etc., todo um repensar se faz necessário sobre a adequabilidade das informações disponíveis. Uma discussão que inclua também a introdução, nos levantamentos futuros, de informações novas ou captadas de maneira diversa, capazes de permitir a operacionalização dos referidos conceitos, torna-se extremamente oportuna.

Vale ressaltar que a PNAD-84, em seu Suplemento Fecundidade, incluiu por primeira vez uma história das uniões, cuja análise dará uma contribuição relevante ao estudo da questão. Ao mesmo tempo, esta experiência abre novas perspectivas para se pensar em ins-

tâncias mais ágeis e de grande cobertura, como a própria PNAD ou as PME's, onde se possa tentar novas formas de apreender a realidade de quanto à nupcialidade.

4.4 - Fecundidade

A área de fecundidade é, das estudadas, uma das que mais interesse despertou, dentre os estudos demográficos, nas duas últimas décadas, face ao papel primordial deste comportamento na desaceleração do crescimento populacional, nos países em desenvolvimento. Contou, para tanto, com grande quantidade de recursos internacionais que direcionados para medirem efeitos intervencionistas de programas de planejamento familiar, oficiais ou oficiosos, acabaram por propiciar, em alguns contextos, pesquisas de certo porte acadêmico.

No Brasil, à divulgação dos resultados do censo demográfico de 1970, seguiu-se uma fase de produção de inúmeros estudos sobre níveis e padrões da fecundidade no país e seus diferenciais por regiões, urbanas e rurais, e uma série de indicadores sociais e econômicos. Estes trabalhos vieram confirmar os indícios de que um declínio na fecundidade começara a se esboçar, a partir de meados dos anos sessenta. É preciso lembrar que do ponto de vista da informação demográfica, vivia-se em um vazio, desde o censo de 1950, provocado aquele pe

la não publicação, a não ser muitos anos mais tarde, dos resultados do censo de 1960. Por outro lado, as PNADs realizadas durante a década de 1970 e os primeiros resultados do censo de 1980, se constituíram também em material valioso para a compreensão do novo cenário instalado no país, quanto a mudanças no comportamento reprodutivo da população. Mas, se por um lado, de um ponto de vista estritamente analítico, muito já se avançou nesta área de estudos, por outro, há ainda enorme carência de estudos com enfoques teórico-metodológicos. Dar conta dos diversos processos de transformações que levaram às referidas mudanças no padrão demográfico, nestes últimos vinte e poucos anos, é tarefa ainda não concluída e cuja pesquisa deve ser estimulada. Da mesma forma, está à espera de interpretações a manutenção de níveis elevados e praticamente constantes de fecundidade, nos anos que precederam o declínio, isto é, ver de uma perspectiva histórica, como o comportamento da fecundidade, em interação com os demais componentes da dinâmica populacional, foi modelando a transação demográfica. Em ambos os casos, análises contextuais com menor nível de agregação devem auxiliar nesta tarefa.

Outro aspecto ainda pouco explorado no país, nos estudos da fecundidade, é a consideração de temas, que por sua natureza, encontram-se na confluência das disciplinas de população e saúde. Neste elenco

encontram-se a esterilidade, as perdas fetais, os efeitos da anticoncepção sobre a infertilidade, a lactação vista como anticoncepção e os efeitos desta sobre aquela, o impacto das doenças sexualmente transmissíveis sobre a regulação da fecundidade, anticoncepção e doenças cardiovasculares, entre outras. Conjuntamente com a sexualidade, estes tópicos se constituem nos chamados determinantes próximos da fecundidade e serão, ainda que de forma esquemática abordados a seguir.

4.4.1 - Mortes Fetais

Pelo seu efeito redutor na fecundidade efetiva das mulheres, na medida em que diminui o número de gestações que dão lugar a um nascimento vivo, as perdas fetais fazem parte do elenco de variáveis intermediárias ou determinantes próximas da fecundidade. Seu estudo guarda também uma interface importante com o campo da saúde. Por um lado, porque a ocorrência de certas enfermidades como malária, toxoplasmose, Chagas, ou das sexualmente transmissíveis, como a sífilis, podem produzir abortos espontâneos. Por outro lado, porque como é sabido, uma perda fetal aumenta a probabilidade de que as gestações seguintes tenham desenlaces semelhantes, o que acarreta certamente problemas de saúde materna.

Em que pesem todos estes aspectos, pouca importância têm merecido estudos sobre as perdas fetais, quer do ponto de vista demográfico quer do de saúde pública. Em certa medida este fato se deve à grande dificuldade na obtenção e interpretação do dado básico - morte intra-uterina. No caso das mortes fetais precoces, muitas vezes a própria mulher não chega a perceber a ocorrência de um aborto espontâneo, por ignorar sua própria gravidez. A não observância, pela classe médica, das recomendações sanitárias de se preencher atestado de óbito fetal, nos casos de aborto espontâneo precoce que chegam a seu conhecimento, se constitui em outro sério óbice na quantificação e caracterização das mortes fetais precoces. A ilegalidade no país, do aborto provocado, responde pela impossibilidade do conhecimento de sua prevalência pelos meios mais usuais de pesquisa. Finalmente, os estudos das mortes fetais tardias também precisam ser vistos com cautela, dada a freqüente dificuldade na aplicação do conceito de na timorto.

Esta série de dificuldades levantadas, antes de se constituir em entrave definitivo ao estudo das mortes fetais, deve, ao contrário, servir de estímulo a que propostas de novas metodologias de pesquisa surjam nesta área. Estudos prospectivos de seguimento de amostras de mulheres grávidas é uma dentre várias. Histórias de vida contendo - além das variáveis sócio-econômicas mais tradicionais - e

lementos sobre saúde, como nutrição, doenças em geral e doenças associadas à gravidez, idade, paridade, relatos gestacionais anteriores, meios anticoncepcionais usados e tempos de uso, etc., contribuirão para avançar no conhecimento das mortes fetais.

Por outro lado, considerações a respeito do peso relativo das perdas fetais sobre os níveis de fecundidade abrirão também perspectivas promissoras de pesquisa.

4.4.2 - Anticoncepção

Nesta área, um conjunto de questões carece de investigação. A seguir enumera-se algumas delas.

. Prevalência do uso

Conhecimento atualizado a respeito do uso de meios anticoncepcionais, prevalência de uso e métodos utilizados no país, suas regiões e Unidades de Federação, por situação rural-urbana.

Estudo dos diferenciais de uso segundo algumas características individuais tais como idade, paridade, estado conjugal, tipo de união,

religião, ocupação, posição, escolaridade, status migratório, etc.

Mecanismos através dos quais os anticoncepcionais são conhecidos e adquiridos.

No tocante à esterilização feminina e masculina, além dos itens anteriores, especial atenção deve ser dada ao tipo de instituição onde é realizada a intervenção cirúrgica, se a mesma é gratuita ou paga, por indicação de quem foi realizada.

. Anticoncepção e lactação

Hoje em dia não cabe dúvida de que a lactação prolonga o período de amenorréia pós-parto e protege, em certo grau, contra uma gravidez. Raros são os estudos entre nós sobre a percepção que as mulheres têm a respeito deste mecanismo da lactância como anticoncepcional.

Outro ângulo que merece atenção é a anticoncepção durante a lactação.

Investigações recentemente terminadas e conduzidas sob os auspícios do Programa Especial de Pesquisa em Reprodução Humana da Organização Mundial da Saúde, demonstraram mudanças no volume e na composição do leite materno quando contraceptivos hormonais foram usados, durante os seis primeiros meses após o parto. Muito embora nenhum efeito

tenha sido encontrado sobre alterações no crescimento do recém-nascido, o referido estudo limitou-se a mães saudáveis e nutridas, o que não significa que o mesmo é verdadeiro em se tratando de populações em piores condições de saúde. Uma vez que os contraceptivos hormonais vêm sendo amplamente usados durante a lactação, em segmentos populacionais de baixa renda, tornam-se urgentes estudos nesta área.

. Anticoncepção e esterilidade

Via de regra os estudos sobre anticoncepção estão referidos à avaliação de sua eficácia na regulação da fecundidade. Quase nunca se procura conhecer os efeitos negativos que certos anticoncepcionais, usados por tempo prolongado, possam ter no sentido de uma regulação definitiva da fecundidade, levando à esterilidade. Estudos que visem avaliar associações entre uso de métodos anticoncepcionais e esterilidade temporária e definitiva são da maior importância. Questões metodológicas sérias terão, entretanto, de ser enfrentadas referentes ao conceito de esterilidade, para a consecução de estudos deste tipo. Uma forma de superar em parte estas dificuldades, no sentido do estudo das associações mencionadas, será trabalhar com o conceito de esterilidade comportamental.

. Anticoncepção e doenças cardiovasculares

Estudos epidemiológicos sobre associação entre doenças cardiovasculares e uso combinado de contraceptivos orais fazem também parte desta pauta de itens que se situam na confluência entre população e saúde.

4.4.3 - Doenças sexualmente transmissíveis e esterilidade e perdas fetais

Conforme é sabido, a gonorréia e a sífilis, ambas sexualmente transmissíveis, se constituem, inicialmente, em sério problema antes que a penicilina se tornasse amplamente disponível, na década de 50. Altamente contagiosa pelo ato sexual, a gonorréia foi responsável pela esterilidade em homens e mulheres em muitas partes do mundo. Na mulher, ela é a causa mais comum de doença inflamatória pélvica que leva à esterilidade tubária.

Por sua vez, gravidezes em mulheres com sífilis primária ou secundária muitas vezes terminam em aborto, morte fetal tardia, morte perinatal ou no nascimento de uma criança com sífilis congênita.

Há indícios de que a presença destas doenças durante o período pré-penicilínico, em menor ou maior escala, exerceu influência nas variações da fecundidade, em determinados contextos. Estudos que tentem

recuperar informações de morbidade da gonorréia e da sífilis, ou, em última instância, da mortalidade por sífilis, no fim do século passado e início deste, podem contribuir no sentido do entendimento dos níveis e tendências da fecundidade.

Por outro lado, um certo recrudescimento deste problema no mundo atual, devido a mudanças no comportamento sexual, traz de volta a necessidade de se ter presente estes aspectos nos estudos de fecundidade.

4.4.4 - Sexualidade

As práticas sexuais de uma população constituem mediações importantes entre os fatores estruturais e o comportamento reprodutivo e, por esta via, determinantes próximos de fecundidade.

O estatuto da virgindade e/ou a prática precoce de relações sexuais, pré-maritais ou livres, a taxa de prostituição, de homossexualidade ou de abstenção sexual pelo celibato, em um dado momento de uma sociedade, concorrem para o aumento ou declínio da fecundidade relativa ou global que ela venha a apresentar.

Contrariamente a outros países, especialmente os europeus, onde a

preocupação com a sexualidade e os estudos de população têm resultado em alguns trabalhos, notadamente de cunho histórico, no Brasil, esta área de investigação encontra-se ainda em estado embrionário: quase nada sabemos, através de estudos sérios e bem realizados, sobre o comportamento sexual da população brasileira.

As dificuldades teóricas e metodológicas à realização de pesquisas nesta área são ainda importantes. Entretanto, investigações de caráter mais empírico e abrangente, no estilo do relatório Kinsey, por exemplo, estudos sobre as normas sexuais, presentes e passadas, as ideologias e as representações em torno do sexo, poderiam contribuir para superar aquelas dificuldades e seriam de grande interesse para os estudos de população.

4.4.5 - Adolescência e comportamento reprodutivo

A liberação da mulher que vem ocorrendo nas últimas décadas, com maior ou menor intensidade, conforme o contexto cultural, social e econômico, e, por isso mesmo, refletindo de formas também distintas sobre o comportamento sexual e reprodutivo, tem chamado a atenção dos estudiosos em geral e dos de população, em particular.

O fato de que nos países mais desenvolvidos do ocidente, o casamento

se dê mais tardiamente, devido em grande medida, ao tempo necessário para a preparação profissional, de ambos os sexos, a liberação sexual leva, em geral, à atividade sexual pré-marital. Muito embora nestes países haja disponibilidade de meios anticoncepcionais eficazes, o que tem permitido a regulação da fecundidade marital, que acaba por resultar baixa, pouco uso deles é feito pelos adolescentes. Isto se deve em parte ao desconhecimento devido à falta de difusão da educação sexual e, por outro lado, pela percepção da inadequidade de muitos dos métodos anticoncepcionais disponíveis. Em decorrência, considerável volume de gravidezes, a maior parte indesejada, acaba por levar ao recurso do aborto provocado, via de regra, legalizado.

Já em alguns países em vias de desenvolvimento, o casamento formal ou consensual se dá mais cedo e valores culturais não permitem atividade sexual pré-marital. Nestes países, limitado ainda é o uso de meios anticoncepcionais eficientes, com tendência a ampliar-se; as mulheres casadas têm seus filhos cedo e a fecundidade é ainda elevada. Quando uma gravidez não desejada ocorre, principalmente fora do casamento, o recurso é o aborto ilegal. Situam-se neste modelo os países da Ásia (com exceção do Japão) e de parte da África.

Finalmente, outros países encontram-se em franca transição entre este último modelo e o primeiro. Inicia-se ou intensifica-se a participação da mulher na força de trabalho, daí decorrendo a necessidade de um preparo educacional, o que por sua vez retarda a idade ao casar e ao ter o primeiro filho, com o que a fecundidade começa declinar. Atividade sexual pré-marital começa a ter início e a incipiente difusão e uso de métodos anticoncepcionais leva a grandes contingentes de gravidezes indesejadas tendo como recurso final o aborto. Este é o caso típico de alguns países africanos.

Em que pese o fato de que mudanças no comportamento estão em processo em todas as partes do mundo, é interessante notar que grande parte da África e da Ásia - mediante o casamento precoce - e China e Japão - mediante casamento tardio e abstinência pré-marital - acabaram por situar-se do mesmo lado, quando se pensa nas questões dos adolescentes frente à concepção. No outro lado, está a grande maioria dos países desenvolvidos do ocidente e a América Latina: ambos os blocos caracterizados por sexo pré-marital, embora nos primeiros o casamento seja mais tardio do que no segundo.

No Brasil, em que pesem diferenças contextuais, não cabe dúvida de que a prática do sexo pré-marital vem se ampliando nos últimos anos. O censo de 1980 mostrou um aumento de 50%, em relação a 1970, na pro

porção de mulheres solteiras de 15 a 19 anos que tinham filhos. Levando-se em conta que programas de educação sexual são escassos, que apenas poucos são os métodos anticoncepcionais disponíveis, que o aborto continua a ser exercido clandestinamente no país, é de se esperar que um grande contingente de adolescentes engravidem, sem que estes resultados possam constar das estatísticas oficiais.

Pouca atenção, de fato, vêm merecendo os estudos sobre o comportamento sexual e reprodutivo dos adolescentes.

Isto posto, sugere-se estudos especiais nesta direção, destacando-se inclusive o aborto. Técnicas próprias precisam ser desenvolvidas e instrumentalizadas para permitirem a captação deste tipo de informações comportamentais. Outro tipo de questão que por dificultar a análise, ainda que limitada por tratar-se de dados censitários, merece destaque, é o fato de que os quesitos sobre fecundidade se aplicam só a mulheres com 15 ou mais anos. Considerando-se que a idade à menarca diminui à medida em que melhoram as condições gerais de saúde da população, o que implica em início precoce de predisposição à atividade sexual, este limite de 15 anos deveria ser deslocado pelo menos para 12 anos. Fica aqui uma sugestão para próximas PNDAs, Censo de 1990, ou outros tipos de levantamentos.

4.5 - História Demográfica

Tem crescido recentemente o interesse dos estudiosos pelo conhecimento da dinâmica da população brasileira no passado. Este conhecimento permite aprofundar o entendimento das relações entre os processos demográficos e os processos sócio-econômicos e ajudar o desenvolvimento das pesquisas sobre a dinâmica demográfica atual.

No Brasil, avançou-se nos últimos anos as pesquisas que visam organizar o material histórico disponível e desenvolver técnicas de análise demográfica no passado. Torna-se urgente o desenvolvimento de estudos que procurem interpretar a dinâmica demográfica no contexto dos processos sociais econômicos. É central neste esforço o avanço do conhecimento sobre os sistemas de regulação da população. Do ponto de vista metodológico, os esforços devem se concentrar na recuperação de arquivos (paroquiais e civis) que permitam a reconstituição de famílias e a análise temporal dos processos. Do ponto de vista das interpretações, os esforços devem se concentrar nos estudos com subpopulações sempre referidas ao seu contexto histórico específico. Dada a diversidade regional do país e a diferenciação dos processos de transformação de sociedades brasileiras, tais estudos devem ser prioritários a ensaios cujas formulações gerais dificilmente são suportadas corretamente por evidências empíricas.

Alguns temas mereceriam atenção especial no sentido de se aprofundar

o conhecimento cujos resultados ajudariam sobremaneira na interpretação da dinâmica demográfica recente. Entre eles destacam-se:

4.5.1 - Sistemas de Regulação da População

Sabe-se hoje que a maioria das populações pré-industriais estiveram sob algum regime de regulação que mantinha, de alguma maneira, seu tamanho, sua taxa de crescimento e sua densidade demográfica em equilíbrio com os recursos disponíveis. Muito embora este ajustamento poder-se-ia fazer via mortalidade, na experiência tanto europeia quanto de algumas populações africanas contemporâneas, a variável de ajuste era a fecundidade, através do sistema de nupcialidade ou através dos costumes sobre amamentação e prática sexual.

Pouco se sabe sobre os mecanismos de regulação da população brasileira no passado. Seriam importantes pesquisas que procurassem investigar a existência de ajustamento da população à disponibilidade de recursos e, em que medida, estes mecanismos representariam um ajustamento homeostático ou quais seriam os arranjos institucionais que mantinham o crescimento populacional sob controle.

4.5.2 - Dinâmica Demográfica dos Escravos e Livres

Até o final do século passado, a população escrava teve uma participação relativa importante na formação da população brasileira. Das as relações de trabalhos específicos deste regime, dificilmente sua dinâmica demográfica poderia ser compreendida sem conhecimento

to de suas especificidades.

Um conjunto importante de dados já coletados sugere a viabilidade de estudos nesta área.

Seriam prioritários os trabalhos de recuperação de arquivos, principalmente com abrangência regional e cobertura temporal para permitir estudos das mudanças ao longo do tempo.

4.5.3 - Crises Demográficas

Pouco conhecimento existe sobre as condições da mortalidade no passado e sobre a vulnerabilidade da população brasileira às epidemias e à fome.

O conhecimento do regime de mortalidade, seus determinantes e suas interrelações com a nupcialidade e a fecundidade é fundamental para o entendimento da dinâmica demográfica.

Dever-se-ia incentivar pesquisas sobre este tema e seus correlatos: padrão de vida urbano e rural, principalmente nos períodos de crise; avanços de sistema de saúde; a extensão e freqüência das epidemias no Brasil (distribuição regional, virulência, etc.).

Particularmente, mereceria atneção estudos sobre a queda da mortalidade no período 1890-1930.

4.5.4 - Formação da Família e Estrutura dos Domicílios

Evidências têm surgido recentemente mostrando que na região de São Paulo, a partir do final do século XIX, a família patriarcal não era predominante. O sistema de formação de família e a composição do do micílio são fatores importantes na determinação do regime de fecundidade. Há necessidade de se estimular estudos nesta área, principalmente objetivando apresentar os padrões regionais e seis principais determinantes.

A forma de acesso à terra poderia ter afetado diferentemente o comportamento demográfico. Por exemplo, a colonização no Sul através da posse da terra e a sua subdivisão poderia ter estimulado uma estrutura de domicílio que favorecesse a queda da fecundidade no passado mais distante. No Nordeste, contudo, o sistema de morador facilitando o uso, mas não a propriedade da terra, poderia ter levado a um ajustamento através das migrações, principalmente dos filhos adul-tos-jovens.

Estes dois mecanismos teriam efeitos diferenciados sobre a dinâmica demográfica. No primeiro caso, poder-se-ia ter um crescimento mais rápido da população, no início, com a multiplicação de domicílios e

posterior queda de fecundidade. No segundo caso, o crescimento populacional seria mais lento (baixa taxa de formação de novos domicílios) e seria comandada, principalmente, pela mortalidade.

Mereceriam estímulos os estudos sobre as relações entre sistemas de herança, a formação de domicílios e fecundidade, sistemas de organização da produção e do acesso aos bens de subsistência e fecundidade.

4.5.5 - Crescimento Populacional e Crescimento Econômico

Um dos temas mais controvertidos sobre crescimento econômica refere-se ao papel do crescimento populacional. No caso brasileiro, a questão não tem sido objeto de muitos estudos. Faltam, principalmente, estudos regionais. Seria importante se investigar o efeitos da substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado sobre o crescimento e a distribuição da população. Por exemplo, quais teriam sido as causas da não utilização da mão-de-obra disponível no Nordeste para a expansão da economia cafeeira? Que efeito isto trouxe para a dinâmica demográfica brasileira?

Também, seriam necessários estudos demográficos comparando-se o comportamento demográficos dos imigrantes no Brasil com seus compatriotas que permaneceram em seus países de origem.

O crescimento urbano no período entre 1890 e 1930 merece atenção especial. Seria interessante conhecer a evolução do padrão de vida, a utilização da mão-de-obra feminina e infantil na industrialização emergente e suas relações com o crescimento populacional. As mesmas questões merecem estudos nos anos da crise da década de trinta. Neste período, em que transformações econômicas, sociais e políticas marcaram a direção do futuro do país por sua extensão e importância, está carecendo de estudos também demográficos. Estes estudos, preferencialmente, deveriam ser regionalizados.

Finalmente, quatro questões gerais relativas ao período a partir dos anos trinta devem ser enfatizadas:

a. O papel do crescimento populacional para o aumento da produção agrícola.

A queda da mortalidade e a manutenção de índices de fecundidade relativamente altos permitiram o crescimento da população rural e o aumento dos fluxos populacionais para manter o crescimento do emprego urbano. Em que medida este processo se relacionou positivamente com o crescimento econômico;

b. Há um debate na literatura especializada sobre a capacidade de geração de emprego da economia brasileira. Em relação ao passado, o chamado setor informal urbano manteve sua participação relativa no total do emprego não-agrícola, mais ou menos estável. Não

se avaliaram ainda, sistematicamente, as relações entre crescimento populacional e a formação do excedente de mão-de-obra urbana.

Quais as implicações do crescimento populacional para o crescimento do setor informal e para a determinação do salário dos trabalhadores urbanos não-qualificados;

- c. Os níveis de mortalidade começaram a cair no Brasil antes da queda da fecundidade. Esta queda, contudo, não foi homogênea a nível regional nem ao longo do tempo. Estudos para conhecer os determinantes dos padrões regionais e suas relações com a fecundidade deveriam ser estimulados;
- d. Aparentemente, os níveis de fecundidade mantiveram-se relativamente estáveis ao longo das primeiras cinco décadas do século XX e somente começaram a cair consistentemente a partir dos anos sessenta. Há necessidade de se investigar tanto os mecanismos da manutenção desta estabilidade quanto aos determinantes da queda. Novamente, são necessários estudos regionais e que trabalhem com níveis de desagregação mais detalhado do que Unidades da Federação e a fecundidade total (taxas de fecundidade total). Particularmente importante seriam os estudos que procurassem aprofundar os mecanismos institucionais de regulação da fecundidade, tanto no sentido de relacionar as instituições relevantes com a estrutura social e econômica, quanto no sentido de estabelecer os nexos entre o contexto sócio-econômico e os processos de decisão sobre a formação da família e sobre o comportamento reprodutivo.

4.6. População e Ecologia

Se as relações entre a dinâmica demográfica e a questão ecológica ca recem de um tratamento mais aprofundado na bibliografia internacional, esta carência no Brasil é particularmente aguda. Fora raras ex ceções não se conhece um programa sistemático que explore essas rela ções.

Embora o tom que predomina na bibliografia da área que se denomina "população e meio ambiente" seja de um caráter malthusiano, catastró fico, as exceções são cada vez mais comuns. Boserup, em trabalhos amplamente conhecidos, datados de 1965 e 1981, por exemplo, examina várias situações nas quais o crescimento populacional foi o sine qua non do progresso técnico. E Repetto e Holmes, em 1983, insistem que "encarar os problemas de degradação ambiental em países em de-senvolvimento como consequência do crescimento demográfico e o aumen to da demanda de alimentos, é simplificar, e até um certo ponto, in-terpretar erradamente a situação atual". Esses autores enfatizam a necessidade de examinar a comercialização de, e desigualdade de aces so a recursos.

É preciso ir além de uma visão da relação população/ecologia que só enxerga o volum e ou a taxa de crescimento da população como pressio-nando recursos. Assim, é cada vez mais importante para demógrafos e cientistas sociais poderem relacionar os seus conceitos ao delica-do e complexo funcionamento de mudanças ecológicas. Um sério proble ma nacional neste momento é a falta de crítica informada, fora do go verno e da indústria, quanto à eficácia de propostas de solução para problemas ecológicos. Na medida em que esses problemas são levados mais a sério, e na medida em que o debate político se torna mais a-

berto, propostas divergentes deixam a opinião pública (até a mais bem-informada) sem parâmetros de avaliação. Os especialistas de outras disciplinas precisam desenvolver uma capacidade de avaliar esses problemas de maneira crítica.

O que é preciso neste momento, é superar a simplificação para a qual Repetto e Holmes chamam atenção, e seguir linhas de análise que identifiquem (1) outros fatores não-demográficos intermediários entre população e recurso; e (2) outros aspectos da dinâmica demográfica e a sua relação à mudança ambiental. Se negarmos uma relação simples e determinística entre população e ambiente, isso não é dizer que não há nenhuma relação. É preciso explorar as relações de migração, fecundidade, nupcialidade, estrutura de sexos e idade, além de taxas de crescimento, a problemas ecológicos. Necessita-se desenvolver um quadro teórico mais complexo para a avaliação de tais relações, que permitiria estabelecer diretrizes para um programa sistemático sobre dinâmica demográfica e mudança ambiental no país.

Agradecimentos

Nesta oportunidade queremos agradecer a colaboração de nossos colegas de trabalho do CEDEPLAR e do NEPO, pelas críticas e sugestões, durante a elaboração deste trabalho, principalmente no referente às linhas de pesquisa. Especificamente, a Donald Sawyer, Diana Sawyer, Paulo Paiva, Maria Andréa Loyola e Daniel Hogan pela contribuição, respectivamente, nos capítulos Migrações Internas, Mortalidade, História Demográfica, Sexualidade e População e Ecologia, nossos agradecimentos.